

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP desde há vários anos que tem denunciado problemas, irregularidades e ilegalidades com que têm sido confrontados os trabalhadores do Pingo Doce.

No âmbito das empresas de grande distribuição e comércio a operar em Portugal, a cadeia «Pingo Doce» inclui-se, indubitavelmente, numa das maiores, sendo conhecidos os baixos salários pagos aos seus trabalhadores, os horários prolongados, as discriminações diretas e indiretas ali praticadas, sempre sob uma inexplicável impunidade perante as autoridades inspetivas.

O resultado líquido da Jerónimo Martins SGPS, dona da cadeia «Pingo Doce», obteve um resultado líquido de 85 milhões de euros no primeiro trimestre de 2018, mais 9,1% do que no período homólogo. Não é compreensível, pois, que esta cadeia continue a pagar salários tão baixos aos seus trabalhadores.

O PCP tem denunciado e exigido a intervenção do Governo, através da Autoridade para as Condições de Trabalho, face a situações de desrespeito e violação dos direitos dos trabalhadores das lojas «Pingo Doce».

A empresa tem vindo a agravar o clima de coação, repressão, chantagem e assédio, controlando os tempos em que os trabalhadores estão na casa de banho, para além de ameaças constantes e reiteradas de instauração de processos disciplinares.

A elevada intensidade dos ritmos de trabalho e o reduzido número de trabalhadores em cada turno são problemas sentidos pelos trabalhadores, existindo lojas onde apenas está colocado um trabalhador por secção.

A afixação dos horários de trabalho não cumpre os requisitos legais e os trabalhadores são constantemente confrontados com mudanças de horários diárias, semanais e quinzenais, em confronto com o que está consagrado na contratação coletiva.

A degradação das condições de trabalho é também um problema grave sentido pelos trabalhadores. Por exemplo, na **Cozinha Central do Pingo Doce em Odivelas**, os trabalhadores são confrontados com ritmos de trabalho extremamente intensos, em ambientes térmicos lesivos da sua saúde. O acompanhamento médico fica muito aquém do necessário, ainda mais quando o seu local de trabalho decorre em contexto de baixas temperaturas e oscilações térmicas.

Muitas vezes, a organização dos horários de trabalho não assegura a necessidade de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal negando as condições de acompanhamento dos filhos, mesmo em casos de famílias monoparentais. A prática de pressão e assédio sobre quem requiere o exercício dos direitos de maternidade e paternidade é chocante.

Também a pressão sobre quem exerce o direito à greve, consagrado na Constituição, é prática reiterada, colocando em causa direitos fundamentais.

Os salários auferidos são muito baixos, cerca de 5€ superiores ao salário mínimo, mesmo a trabalhadores com mais de 10 anos de antiguidade.

O PCP considera urgente que o Governo, através da ACT, assegure o cumprimento cabal dos direitos dos trabalhadores na Cozinha Central do Pingo Doce em Odivelas, bem como em toda a cadeia de lojas.

Os direitos dos trabalhadores são um pilar do regime democrático e condição de desenvolvimento do país.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o governo conhecimento desta situação concreta?
2. Nos últimos anos, que ações inspetivas realizou a ACT na Cozinha Central do Pingo Doce em Odivelas? E quais os resultados das mesmas?
3. Que medidas urgentes vai o Governo tomar para garantir o cumprimento integral dos direitos destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 13 de setembro de 2018

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)